



**Holding do Araguaia S.A.**  
CNPJ/ME nº 18.903.785/0001-78 - NIRE 35.300.457.099

**Demonstrações Financeiras 2025**

**AVISO - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS RESUMIDAS EM ATENDIMENTO AO PARECER DE ORIENTAÇÃO CVM Nº 39, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2021:**

As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos: a) <https://publilegal.diariodenoticias.com.br/> b) <https://ri.ecorodovias.com.br/>

c) <https://www.rad.com.gov.br/ENET/firmConsultaExternaCVM.aspx> d) <https://nyml.bmfbovespa.com.br/cias/listadas/informacoes-por-periodo/BuscaInformacoesPeriodo.aspx?idioma=pt-br>  
**Declaração do auditor independente:** As demonstrações financeiras completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas estão disponíveis eletronicamente no endereço <https://publilegal.diariodenoticias.com.br/>. O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido em 17 de março de 2026, sem modificações.

BALANÇO PATRIMONIAL - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024					
Em milhares de reais					
Ativo	Nota explicativa	Controladora 31/12/2025	Controladora 31/12/2024	Consolidado 31/12/2025	Consolidado 31/12/2024
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4.1	1.447	8.847	85.660	186.038
Aplicações financeiras	4.2	5.243	5.682	277.331	111.024
Aplicações financeiras - conta reserva	4.3	-	-	41.862	35.736
Clientes	4.4	-	-	43.786	34.439
Desconto de Usário Freqüente	-	-	-	-	1.925
Partes relacionadas	4.13	26	43	-	-
Tributos a recuperar	15.967	12.831	19.138	12.834	12.834
Despesas antecipadas	-	-	-	1.094	1.059
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber	6.151	8.696	-	-	-
Custos antecipados empréstimos	4.5	-	-	23.928	-
Outros créditos	1	-	-	2.057	36.786
Total ativo circulante	28.835	36.099	494.856	419.859	419.859
Não circulante					
Realizável longo prazo					
Aplicações financeiras - conta reserva	4.3	-	-	80.499	59.616
Depósitos judiciais	4.7	-	-	-	-
Custos antecipados empréstimos	-	-	-	15.134	-
Conta reserva - poder concedente	4.5	-	-	1.711.376	1.474.470
	-	-	-	1.807.011	1.534.086
Investimentos:					
Em controladas	4.6, 1	2.334.821	2.324.548	-	-
Imobilizado	4.7	-	-	145.568	149.694
Intangível	4.8	-	-	3.758.086	3.449.698
Total ativo não circulante	2.334.821	2.324.548	5.710.665	5.133.478	5.133.478
Total do ativo	2.363.656	2.360.647	6.205.521	5.553.337	5.553.337

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024					
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma					
	Nota explicativa	Controladora 31/12/2025	Controladora 31/12/2024	Consolidado 31/12/2025	Consolidado 31/12/2024
Receita líquida	4.19	96.430	164.869	816.591	937.565
Custo dos serviços prestados	4.20	-	-	(524.243)	(622.177)
Lucro bruto	-	-	-	292.348	315.388
Despesas gerais e administrativas	4.20	(359)	(887)	(23.728)	(22.271)
Resultado da Equivalência Patrimonial	-	101.998	169.542	-	-
Outras despesas e receitas líquidas	-	-	-	51	(30)
Amortização de juros capitalizados em investimentos	-	(5.209)	(3.786)	-	-
Lucro operacional	-	96.430	164.869	268.671	293.087
Receitas financeiras	4.21	2.952	1.478	45.416	39.449
Despesas financeiras	4.21	(153.761)	(139.621)	(330.097)	(253.259)
	-	(150.809)	(138.143)	(284.681)	(213.810)
(Prejuízo)/lucro operacional antes do imposto de renda e da contribuição social	-	(54.379)	26.726	(16.010)	79.277
Imposto de renda e contribuição social	4.9	-	-	(38.369)	(52.551)
(Prejuízo)/lucro líquido do exercício	-	-	-	(54.379)	26.726
(Prejuízo)/lucro por ação - básico e diluído (em reais)	4.22	-	-	(0,07347)	0,03875

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024					
Em milhares de reais					
	Controladora 31/12/2025	Controladora 31/12/2024	Consolidado 31/12/2025	Consolidado 31/12/2024	
(Prejuízo)/lucro líquido do exercício	-	-	-	(54.379)	26.726
Outros componentes do resultado abrangente	-	-	-	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	-	(54.379)	26.726

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024						
Em milhares de reais						
	Nota explicativa	Capital social integralizado	Reservas de lucros Legal	Reservas de lucros Orçamento de capital	Lucro / Prejuízos acumulados	Total
Em 1º de janeiro de 2024	-	686.150	1.521	21.680	-	709.351
Aumento de capital	-	22.227	-	-	-	22.227
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	26.726	26.726
Destinação do lucro:						
Reserva Legal	4.18.2	-	1.336	-	(1.336)	-
Constituição de reserva - orçamento de capital	4.18.2	-	-	19.042	(19.042)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	4.18.2	-	-	-	(6.348)	(6.348)
Em 31 de dezembro de 2024	-	708.377	2.857	40.722	-	751.956
Em 1º de janeiro de 2025	-	708.377	2.857	40.722	-	751.956
Aumento de capital	4.18.1	72.000	-	-	-	72.000
Constituição de reserva - orçamento de capital	4.18.2	-	-	6.348	-	6.348
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	(54.379)	(54.379)
Em 31 de dezembro de 2025	-	780.377	2.857	47.070	(54.379)	775.925

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024					
Em milhares de reais					
	Controladora 31/12/2025	Controladora 31/12/2024	Consolidado 31/12/2025	Consolidado 31/12/2024	
Receitas	-	-	579.985	571.234	
Com arrecadação de pedágio	-	-	281.573	413.233	
Com construção	-	-	3.110	143	
Outras receitas	-	-	864.668	984.700	
Insuamos adquiridos de terceiros	-	-	-	(378.631)	(513.071)
Custo dos serviços prestados	-	-	-	(14.934)	(15.068)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(321)	(851)	-	-	-
Outros	-	-	-	(120)	(160)
Valor adicionado bruto	(321)	(851)	470.983	456.401	
Depreciação e amortizações	-	-	(119.093)	(84.443)	
Amortização de juros capitalizados em investimentos	(5.209)	(3.786)	-	-	(30)
Outras receitas (despesas), líquidas	-	-	6.348	6.348	
Valor adicionado líquido produzido produzido pela companhia	(5.530)	(4.637)	351.890	371.928	
Valor adicionado recebido em transferência	-	-	-	-	-
Receitas financeiras	2.952	1.478	45.416	39.449	
Equivalência Patrimonial	101.998	169.542	-	-	
Outras receitas (despesas), líquidas	-	-	51	-	
Valor adicionado total a distribuir	99.420	166.383	397.357	411.377	
Distribuição do valor adicionado	99.420	166.383	397.357	411.377	
Sugestão	38	36	33.607	31.150	
Remuneração direta	38	36	25.720	24.375	
Benefícios	-	-	6.470	5.567	
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS	-	-	1.417	1.208	
Impostos, taxas e contribuições	-	-	88.326	99.526	
Federais	-	-	59.667	73.410	
Municipais	-	-	26.659	26.116	
Remuneração de capitais de terceiros	153.761	139.621	331.803	253.975	
Juros	77.125	51.600	176.112	105.744	
Outros	-	-	1.706	716	
Valor adicionado efetivo financeiro	76.636	88.021	153.985	147.515	
Remuneração de capitais próprios	(54.379)	26.726	(54.379)	26.726	
Prejuízo do período	(54.379)	-	(54.379)	-	
Reserva legal	-	-	1.336	1.336	
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	6.348	6.348	
Reserva Orçamento de Capital	-	-	19.042	19.042	

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

**NOTAS EXPLICATIVAS RESUMIDAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024**

**1. INFORMAÇÕES GERAIS**

A Holding do Araguaia S.A. ("Companhia"), foi constituída em 20 de agosto de 2013 e tem por objeto social específico, único e exclusivo, ser titular de ações e outros valores mobiliários de emissão da concessionária Ecovias do Araguaia S.A. ("Ecovias Araguaia"). A sede da Companhia está localizada na Rua Gomes de Carvalho, 1.510, Conjuntos 31/32, Vila Olímpia, no município de São Paulo - SP. As ações da Companhia são de titularidade da Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., sendo a controladora final do Grupo Ecorodovias, do qual a Companhia faz parte, a Aurelia S.r.l., localizada na cidade de Tortona - Itália. As ações da Companhia e de sua controlada não são negociadas em Bolsa de Valores, entretanto, ambas as companhias possuem registro na categoria "B", no Comissão de Valores Mobiliários - CVM. As demonstrações financeiras da Companhia, individuais e consolidadas, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 abrangem a Companhia e sua controlada. Sua controlada, a Concessionária Ecovias do Araguaia S.A. ("Ecovias Araguaia" ou "controlada"), é uma Sociedade de Propósito Específico, sediada Avenida Juscelino Kubitschek, 500 - Jundiá, no município de Anápolis - GO, foi constituída em 22 de novembro de 2011 e tem por objeto social específico, único e exclusivo, realizar, sob o regime de concessão, a exploração da infraestrutura e da prestação de serviços públicos de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação, ampliação e manutenção e manutenção do nível de serviço do Sistema Rodoviário BR-153/3414/080/TO/GO. O Contrato de Concessão, com a Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, foi assinado em 29 de setembro de 2021, e o Termo de Arrolamento e Transferência de Bens firmado em 08 de outubro de 2021, e possui prazo final em 08 de outubro de 2056. As demais informações sobre o Contrato de Concessão estão descritas na Nota 20.1. A sede da controlada está localizada na Avenida Juscelino Kubitschek, 500 - Jundiá, no município de Anápolis - GO. As ações da controlada não são negociadas em Bolsa de Valores, entretanto, a controlada possui registro na categoria "B", no Comissão de Valores Mobiliários - CVM. 1.1. Visão ASG - Ambiental, Social e Governança. A Companhia adota práticas voltadas à integração dos temas Ambientais, Sociais e de Governança (ASG) a gestão de seus negócios. Em 2024, o Conselho de Administração aprovou sua Agenda ESG 2030, que consolida diretrizes e compromissos do Grupo em 10 áreas da Sustentabilidade, abrangendo, entre outros temas, mitigação e adaptação às mudanças climáticas, biodiversidade, segurança viária e ocupacional, direitos humanos e governança ética empresarial. Os compromissos possuem horizontes temporais até 2030, porém o Grupo estabelece metas anuais, que inclusive fazem parte da bonificação de todos os colaboradores, incluindo a alta liderança e o nível de serviço do Sistema Rodoviário BR-153/3414/080/TO/GO. Esses estudos são periodicamente revisados de modo a incorporar novas concessões, atualizar cenários climáticos e aprimorar a metodologia adotada. O estudo revisado em 2025 incluiu o levantamento de fatores de riscos físicos, riscos de transição e oportunidades, considerando todos os ativos do Grupo. Os resultados desse trabalho são incluídos dentro da metodologia de avaliação de riscos do Grupo, contribuindo com novos parâmetros para fortalecimento de ações e diminuição dos efeitos negativos decorrentes destes cenários adversos. O risco climático mais relevante está atrelado aos eventos que possam causar impactos à infraestrutura e dos usuários da rodovia administrada pela Companhia, a contaminação e desvalorização. Para fins ilustrativos, a Companhia lista abaixo todas as divulgações de novos e revisados pronunciamentos que entraram em vigor a partir de, ou após, 1º de janeiro de 2025 (exceto quando indicado de outra forma), independentemente de terem algum impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado em Conjunto e a ICP-09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial. Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações à atualização da política Técnica CPC 18 (R3) e à interpretação Técnica ICP-09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB. A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente em vigor. As alterações não foram referidas em referências normativas. A ICP-09, por sua vez, não tem correspondência direta com normas do IASB e por consequência estava desatualizada, exigindo alterações para alinhar sua redação a fim de ajustá-la a atualizações posteriores a sua emissão e atualização observadas nos documentos emitidos pelo CPC. Alterações ao IAS 21/CP-02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis. Em agosto de 2023, o IASB alterou o IAS 21 - "Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis", adicionando novos requisitos com o objetivo de alinhar as entidades a determinar se uma moeda é conversível em outra moeda e, quando não for, qual a taxa de câmbio a vista a ser utilizada. Antes dessas alterações, o IAS 21 somente estabelecia a taxa de câmbio a ser utilizada quando a falta de conversibilidade fosse temporária. As alterações mencionadas acima não causaram qualquer impacto material nas operações ou demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e de sua controlada.

**2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

2.1. Declaração de conformidade e base de preparação: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) consolidadas. A Companhia consolida todas as entidades sob o IASB, incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee (IFRS Interpretations) ou pelo seu órgão antecessor, Standing Interpretations Committee (SIC Interpretations) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão sumarizadas na Nota 3 das demonstrações financeiras anuais completas. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas considerando as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Elas também estão em conformidade com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas. 2.3. Demonstrações financeiras consolidadas: As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e conforme as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Consolidação: A Companhia consolida todas as entidades sob o IASB, incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee (IFRS Interpretations) ou pelo seu órgão antecessor, Standing Interpretations Committee (SIC Interpretations) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras consolidadas estão descritas na Nota 3 das demonstrações financeiras anuais completas. 2.4. Moeda funcional e moeda de apresentação: Os itens incluídos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua (a "moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em R\$ (Real), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação da Companhia e de sua controlada. 2.5. Aprovação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas: Em 16 de março de 2026, foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia a emissão dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

**3. RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS CRÍTICAS**

3.1. Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros: A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventuais ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. São tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O seguinte critério é aplicado para avaliar perdas por redução ao valor recuperável de ativos específicos: Ativos Intangíveis: O Contrato de Concessão da controlada da Companhia é de longo prazo sujeito a discussões e reequilíbrios junto ao poder concedente. Consequentemente, podem ocorrer modificações ao longo de sua vida contratual. Em adição às avaliações acerca de indicadores (internos ou externos) de redução ao valor recuperável descritos na Nota 3 das demonstrações financeiras anuais completas, a Administração da Companhia revisa anualmente as projeções de fluxo de caixa de seus contratos com o objetivo de avaliar se há algum indicativo de que os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se esperam sejam recebidos ao longo do período contratual. 3.2. Provisões gerais: Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, e é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e há uma esti-

mativa confiável do valor da obrigação. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, total ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas somente quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado. Provisão para construção de obras futuras: Os valores provisionados como obras futuras em contrapartida ao ativo intangível são decorrentes dos gastos estimados para cumprir as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela controlada. Os valores são ajustados a valor presente a taxa de 8,72% ao ano, que corresponde ao Custo Médio Ponderado de Capital - CMPC Companhia (Weighted Average Cost of Capital - WACC na sigla em inglês) da Companhia. Essa provisão está de acordo com a Orientação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis OCP-05 dos itens 31 a 33, em que trata dos serviços de construção que não representam potencial de geração de receita adicional, em que as controladas indiretas devem estimar os valores relativos a essas obras e reconhecer seu passivo em contrapartida ao intangível no início da vigência dos termos contratuais. Provisão para manutenção: Os valores registrados como custo de provisão para manutenção referem-se à estimativa de obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder concedente no fim do Contrato de Concessão. A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão para manutenção as intervenções físicas, de caráter periódico claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato ao longo de todo o período de concessão. Os montantes dessas obrigações são registrados a valor presente com a taxa de 9,39% ao ano, correspondente ao Custo Médio Ponderado de Capital - CMPC (Weighted Average Cost of Capital - WACC na sigla em inglês). Os valores são provisionados por trecho e as intervenções ocorrem, em média, a cada cinco anos. Provisão para perdas civis e trabalhistas: A Companhia faz parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/ obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. 3.3. Ajuste a valor presente de ativos e passivos: Os ativos e passivos monetários de longo prazo foram trazidos a seu valor presente na data das transações, em virtude de seus prazos, usando a taxa média de encargos financeiros em que incorre quando de suas captações, tanto para clientes quanto para fornecedores. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente o registro, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras com a transação em questão. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. 3.4. Empréstimos, financiamentos e debêntures: Os empréstimos, financiamento e debêntures são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos, financiamentos e debêntures estiverem em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos, financiamentos e debêntures são desreconhecidos quando a obrigação contratual é extinta, cancelada ou expirada. Os empréstimos, financiamentos e debêntures são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia e sua controlada tenha o direito, na data do balanço, de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a referida data. As cláusulas contratuais restritivas (covenants) que a Companhia e sua controlada são obrigadas a cumprir, até a data do balanço, são considerados na classificação dos empréstimos como circulante ou não circulante. Contudo, aquelas que a Companhia e sua controlada são obrigadas a cumprir após a data do balanço não afetam a classificação na data do balanço, mas são objeto de divulgação nas demonstrações financeiras. Os custos dos empréstimos, financiamentos e debêntures diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de debêntures são registrados em despesa no exercício em que são incorridos. 3.5. Receitas oriundas das cobranças de pedágio ou tarifas decorrentes dos direitos de concessão: Essas receitas são mensuradas pelo valor justo

